

## REVISITANDO A IMAGEM DO LUGAR

**SARMENTO, Maria Emília Couto – MSc/UFPE – Brasil (1); MONTEIRO, Circe Gama  
- D Phill (OXON) (2)**

(1) Universidade Federal de Alagoas – UFAL, [mila@sunnet.com.br](mailto:mila@sunnet.com.br)

(2) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [circe@elogica.com.br](mailto:circe@elogica.com.br)

### RESUMO

Discutir o processo avaliativo da imagem do lugar centrado nos símbolos, signos e valores urbanísticos, requer uma nova forma de pensar as oportunidades de um novo modelo de produção e consumo da imagem do lugar, sob a óptica daquele que o vivencia. Este artigo trata de uma reflexão teórica, com base no panorama do estado da arte do processo acima mencionado, assinalando diferentes enfoques.

A imagem nos leva para lugares diferentes e revela aquilo que é praticamente invisível na cidade do dia a dia, a cidade das contradições sociais e econômicas: um lugar de provocações que não pode ser total controlado de forma racional.

Mediante a nova realidade imposta pela globalização, o espaço tem necessidade de ser reinterpretado ou mesmo renovado enquanto lugar significativo. Portanto, uma determinada imagem pode despertar um sentimento de agrado ou desagrado, que vai depender da relação do usuário com o lugar. Estaria, ela a imagem do lugar, imbricada de valores de sonho? Incentivados por experiências que o sujeito acumula com o tempo? Essas são questões constantes no trabalho de reflexão acerca do processo avaliativo da imagem do lugar.

**Palavras-chave:** Imagem, lugar, cidade.

### 1.0 - INTRODUÇÃO

Nos anos 60, assistimos ao surgimento das primeiras críticas sobre a qualidade do ambiente urbano então sendo criado, que envolviam não somente a conformação espacial da cidade e das edificações, mas principalmente os seus efeitos na vida das comunidades. Jane Jacobs (1961), jornalista americana, já destacava em seus escritos o profundo distanciamento existente entre as ideologias dos planejadores de então, o mundo real e o produto de seus trabalhos. Algumas questões básicas deram origem a um “repensar humanístico”, nas décadas de 60 e 70, nos chamados países de primeiro mundo; foram elas: 1- Intervenções públicas e renovação urbana; 2- O simbolismo e o vernacular; 3- A participação comunitária; 4- O movimento moderno criticado e; 5- As dificuldades do planejamento urbano (Del Rio, 1990:19). Através desse repensar muitos campos de conhecimento viriam a ser abertos, surgindo portanto, em função da necessidade de novas categorias de análise para a compreensão das estruturas espaciais urbanas. Até então, eram negligenciados aspectos importantes, tais como: a complexidade da vida urbana, a importância de valores visuais e afetivos (Lynch, 1960) e outros imprescindíveis ao cidadão como pessoa.

Constata-se também que no final dos anos 60, apareciam os resultados e limitações dos planos e práticas urbanísticas demonstrados em trabalhos gerados pelas ciências sociais, como os dos sociólogos Herbert Gans (1968) e Suzanne Keller (1968) e ainda da antropóloga Lisa Peattie (1972). Razões diversas surgem para

explicá-las, uma delas se situava no plano político e, outra, no excessivo tecnocratismo que permeava os métodos da análise e implantação. As avaliações de resultados do planejamento urbano já começavam a evidenciar as discrepâncias entre as implantações efetivadas e as reais necessidades das comunidades, tornando evidente a importância da participação comunitária nos processos e resultados urbanísticos. (Turner & Fichter, 1972; Ward C. 1974; Goodey, 1980; Harms 1982, etc.). E assim as estratégias de revalorização urbana passam a resgatar a qualidade ambiental e explorar o patrimônio natural como bem de desenvolvimento. Procura-se saber trabalhar a concepção de cidade, de seus espaços e estórias. Trata-se em última instância, de estabelecer no espaço urbano uma rede de descobertas sedutoras para o cidadão, de forma a despertar sua curiosidade e facilitar-lhe a leitura do lugar.

“A imaginação é o modelo sob o qual é criada a realidade” teria dito Disney uma vez, mostrando que sabia muito bem o que estava fazendo quando começou a dar formas materiais à ficção, transformando-a em fato real (Dunlop, 1999:14). E assim aconteceu no movimento dito pós-moderno, Michael Graves, Frank Gehry, Robert Venturi, Aldo Rossi, Robert Stern e suas obras começam a ser alvo de atenções no meio dos críticos e historiadores de arquitetura e urbanismo, que passaram a observar a extraordinária proliferação de ambientes urbanos povoados de representações de imagens ilusórias ou re-criados de representações evocativas de uma imagem real.

Considerando então que, através da imagem apreendida pode-se compreender qualidades passíveis de serem transmitidas por determinados lugares; seria indubitável afirmar que as imagens refletem qualidades ou a valorização de qualidades de um lugar, por isto podem ser diversas, porque dependem do sistema de valoração de quem as experimenta.

## **2.0 - CONTRIBUIÇÕES GERAIS**

Por volta dos anos 60 e 70, algumas linhas de estudo nesta área, partiam dos conceitos de semiótica de Barthes (1971), de Umberto Eco (1974), Françoise Choay (1976) e dos trabalhos desenvolvidos pelos arquitetos Robert Venturi e Charles Moore (1966). Tais conceitos referiam-se a um tipo de análise meramente subjetiva, por se basear na capacidade de observação e interpretação do observador, que por sua vez, seria influenciada por seu sistema de valores. Kevin Lynch por sua vez, aponta para análise da imagem mental que os habitantes têm da cidade, para assim descobrir o significado desta última a partir de sua identidade, de sua estrutura e de sua significação.

Vicente Del Rio, em 1990, classifica as metodologias utilizadas no estudo da imagem, em quatro grandes linhas: análise visual, percepção do meio ambiente, morfologia ambiental e comportamento ambiental.

A análise visual seria utilizada na avaliação dos lugares históricos e vernáculos; tendo como principal representante o arquiteto Gordon Cullen (1983), focalizando os aspectos visuais da paisagem urbana. Já a percepção do meio ambiente, estaria dirigida a um tipo de análise fundamentada nos conceitos da psicologia, principalmente nas teorias da Gestalt, que segundo Piaget (1972), o ser humano se utiliza da percepção em suas atividades de aprendizagem, criando regras perceptivas próprias.

Quanto a morfologia urbana, os estudos tentam valorizar os elementos mais visíveis e constantes no tempo, nos monumentos, através da estrutura física do tecido urbano e na combinação dos elementos tipológicos. Por último, o comportamento ambiental seria uma linha de análise para o qual o lugar teria uma influência direta nos moradores, inibindo, facilitando ou sugerindo comportamentos nos diferentes espaços urbanos.

No Brasil, Lucrécia d’Alléssio desenvolveu trabalhos no sentido de demonstrar a imagem da cidade enquanto fragmentos habituais. Para ela, decodificar o urbano e entender a lógica da cidade, supõe o reconhecimento da sintaxe espacial, ou melhor, supõe a forma que a identifica. Seus trabalhos e pesquisas revelam que “*a imagem homogênea da cidade aponta para a primeira e maior dificuldade da percepção ambiental, que não se opera como totalidade, mas como processo que se desenvolve entre signos aglomerados sem convenções, que criam uma membrana de opacidade, de neutralidade significativa da linguagem urbana*”. (Ferrara, 1988).

Para Bachelard (1990), imaginar não consiste apenas em representar cópias de objetos; ele critica tudo aquilo que não valoriza a imaginação, ou seja, a natureza da verdadeira imagem. Para ele a imagem não é apenas a captação de um objeto já percebido. Ela é um acontecimento lógico e é apreendida através dela própria, possuindo um discurso irredutível. Trata-se de um desafio a qualquer tipo de aparência visual, provocante do ponto de vista da imaginação e ainda; uma criadora de novas imagens.

Considerando a cidade como um discurso sempre mutável, em constante reconstrução, imagina-se minimamente, a formação de muitas imagens. E para entendê-las a partir de um conceito de imaginação pode-se dizer que elas se constroem da superposição de imagens gerais e singulares, objetivas e subjetivas, ou seja, daquilo que é percebido e daquilo que é imaginado.

Após as primeiras imagens, aquelas que se apresentam num primeiro momento cognitivo, surgem muitas outras, ou seja, além das imagens que perfilam uma cidade, no plano visual, aparecem outras surpreendentes ao olhar; aquelas que brotam de nós mesmos, de nossa experiência com o lugar vivido, e são estas as que alimentam a imaginação material. Por mais simples que possa parecer, uma imagem nunca está só, é influenciada por outras imagens, as quais não podem ser compreendidas somente pelas leituras de referências objetivas.

Sempre nos perdemos um pouco quando deixamos que a subjetividade oriente a interpretação de um lugar. *“Evocando as lembranças da casa, adicionamos valores de sonho. Nunca somos verdadeiros historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida”*. (BACHELARD, 1988: 26).

A imagem poética tem o poder de seduzir quem a observa. Os indivíduos se deixam levar por ela entregando-se à imaginação; ao mesmo tempo em que são afastados do mundo objetivo e material. Elas tornam a realidade dinâmica, atraente, imprevisível e repleta de significações. É através da imagem poética que se apresentam os signos e significados afetivos de uma determinada cidade.

Decodificar a imagem é introduzir nela valores de sonho, incentivados por experiências e sentimentos que o sujeito acumula com o tempo. O homem tem sempre o hábito de dar sentido às imagens que o tocam, principalmente as imagens poéticas. Elas obrigam a usar a imaginação para superar o limite do próprio olhar, gerando interação entre a imagem e quem a vê.

Na arquitetura, a idéia da imagem da cidade pós-moderna é num primeiro momento como diz Lyotard, *“um processo de bricolage... montagem de elementos de estilos extraídos de mais de um código, de mais de uma época e em particular de passado”*. (apud Coelho 1990: 23). A imagem da cidade pós-moderna tenta se desvencilhar da idéia de um moderno que não possui passado; na busca de um pseudo-romantismo das formas, resgatando experiências passadas, vividas ou recuperadas pela memória, de imagens de fotografias; experiências até mesmo nostálgicas. Desta maneira, na cidade pós-moderna o passado torna-se uma referência e se modifica, mediante novas necessidades da vida atual.

Desta forma entende-se que, o processo de significação da imagem é complexo e depende dos diferentes repertórios dos usuários urbanos, porque a cidade é também a soma de experiências individuais, sendo sua leitura muitas vezes contraditória. A leitura não é objetiva porque existem momentos de subjetividade: vivemos as imagens de uma cidade dando-lhes sempre a nossa interpretação particular. Uma imagem determinada pode despertar um sentimento de agrado ou desagrado, que vai depender da relação dos moradores com o significado do lugar.

Uma cidade é um conjunto de imagens, *“e interrogar sobre a imagem de uma cidade é fazer uma abordagem de sua realidade concreta e imaginária, reveladora de um mundo de relações sociais e econômicas, e um mundo de segredos mais íntimos, que são as imagens que o homem inventa para se aproximar ou ter uma relação de paixão com o lugar vivido”* (Alamandre, 1992: 55).

A cidade é um repositório de imagens contraditórias, uma geografia com várias temporalidades, com diversas interpretações. “O observador urbano” é personagem principal na organização e leitura de suas partes para assim se localizar, tanto no espaço físico, quanto no tempo. Na cidade atual é marcante a tendência ao conforto no deslocamento do usuário, mesmo se a tentativa quase nunca alcance o êxito desejado. E desta forma, observar uma cidade é perceber com a razão e com a imaginação, imagens gerais, particulares, objetivas e subjetivas.

Por isso, mediante a nova realidade imposta pela globalização, o mundo tem necessidade de ser reinterpretado ou mesmo renovado enquanto lugar significativo. E sendo assim, torna-se de fundamental importância entender o arranjo dos elementos construtores do novo espaço, através de sua imagem, para que quando concebido possa assegurar uma posição no mundo, ou seja, uma identidade local.

### 3.0 - SOBRE O PAPEL DA PERCEPÇÃO

A percepção ambiental, situada no campo da psicologia, é um dos enfoques que atualmente mais tem procurado colaborar com as novas metodologias aplicadas em estudos urbanísticos. A leitura da percepção tem sido expressa em obras clássicas de inúmeros estudiosos, como é o caso de Christofher Alexander (1980) e sua “linguagem de padrões”, Gordon Cullen (1971) com a qualidade dos efeitos de aparência do espaço, Tuan (1980) com a distinção entre espaço e lugar através dos elos efetivos entre os indivíduos e o espaço, Appleyard (1982) apresentando as mais diferentes condutas humanas e os processos de comunicação do ambiente, Willam White e Rapoport (1990) e o comportamento dos indivíduos baseado em sua vivência nos lugares e etc. Portanto, *“o desenvolvimento de técnicas de conjunção das informações próprias a cada um desses estudos, com o intuito de tornar mais ágil e eficiente o processo de transformar a leitura da estrutura ambiental em diretrizes projetuais é, precisamente, uma das contribuições mais significativas trazidas pela percepção ambiental”*. (Castello, Lineu, 1995 p.120).

No Brasil a questão da percepção vem sendo trabalhada de maneira empírica, por Maria Elaine Kohlsdorf (1993), por exemplo, em seus estudos comparativos de desempenho topoceptivo entre localidades do Distrito Federal. Para a autora o termo topocepção, significa não somente a noção que se tem do lugar experimentado ou vivido, como também a apreensão do mesmo; ou seja, indica que se sabe onde está e como se deve deslocar para outros lugares. Ela desenvolve uma metodologia, baseada no princípio de que a linguagem perceptiva é universal, ou seja, os indivíduos apreendem de uma mesma forma, num primeiro momento de contato com o espaço real. A metodologia chamada de análise de desempenho topoceptivo na percepção, focaliza as diversas maneiras através das quais os espaços se apresentam para o indivíduo.

Sabe-se que existem configurações formais do espaço, mais fáceis de serem apreendidas do que outras, e desta forma o indivíduo cria uma interdependência entre os sinais sensoriais fornecidos pela forma espacial e as informações advindas do mesmo, através dos seus atributos físicos. O entendimento dos atributos de um determinado lugar pode se dar de diversas maneiras, por exemplo: um lugar pode se tornar agradável do ponto de vista do conforto ambiental e ao mesmo tempo desagradável no tocante aos anseios por interação social. Ao mesmo tempo em que se constata a variabilidade interpretativa dos elementos espaciais, se percebe também que as expectativas possuem respostas nas características morfológicas dos espaços, como por exemplo, um bairro é agradavelmente ventilado por possuir edifícios afastados entre si e de diferentes alturas, podendo-se então afirmar que este bairro apresenta uma volumetria possuidora de bom desempenho climático; e assim sucessivamente.

Constata-se portanto que, a configuração dos lugares, gera níveis quantitativamente e qualitativamente distintos de estímulos, e ainda que esses são provocados pelo meio, onde se dá uma decodificação de mensagens pelo indivíduo; que segundo Kohlsdorf são filtradas por variáveis culturais, embora no primeiro momento sensitivo possuam limites universais. Sabendo-se que o sistema visual humano é o meio pelo qual se recebe as informações contidas no “lugar”; sente-se a grande necessidade de examinar minuciosamente os elementos relevantes da forma do lugar para se obter de maneira estruturada tais informações. Pois entende-se por exemplo, que um lugar caótico e confuso pode gerar medos e inseguranças, se sua apreensão se der de forma desordenada.

A análise discutida por Kohlsdorf ao nível da percepção tem uma maior preocupação voltada para a modalidade de apreensão sensorial; embora a autora reconheça que o desempenho topoceptivo do espaço seja melhor interpretado a nível do conhecimento e da imagem mental, ou seja, no nível da interpretação através da memória e da caracterização do lugar. O nível da imagem mental, para ela, estaria banhado de lembranças, sedimentado em informações históricas e no próprio conhecimento e ideologia de cada indivíduo ou de grupos de indivíduos. Por tais motivos, pressupõe que a percepção assumira papel preponderante no processo de investigação do desempenho topoceptivo do lugar e que como este nível encontra-se ligado ao sistema sensitivo, atrela-se conseqüentemente a uma investigação sensorial. Neste sentido os elementos característicos do desempenho topoceptivo perceptivo e sensorial, formariam a base teórica necessária no processo investigatório da “imagem do lugar”.

Supõe-se que o mecanismo de conhecimento possa transformar a capacidade perceptiva das informações, e esta modificação aconteça no momento exato em que os sinais emitidos pelos elementos estruturadores do lugar sejam submetidos à ação da inteligência. Em decorrência deste fato

dá-se uma decodificação de elementos, resultando em várias possibilidades diferentes na formação dos significados. Essas várias possibilidades, portanto, seriam atribuídas não somente ao seu primeiro contato sensível com o espaço real, mas como também a uma experiência passada recolhida pela memória.

No caso da percepção dos lugares, existem duas abordagens, que segundo Piaget (1971), se apresentam de maneira universal. A primeira é a noção de posição do corpo do observador no espaço (relação topológica) e a segunda, a noção contida no campo visual (relação perspectiva). Essas noções se apresentam ao observador como efeitos de aparências visuais do espaço urbano, fornecendo atributos físicos do mesmo, através de uma vasta descrição visual. Sendo assim, é lícito afirmar que a percepção é obtida através da apreensão das características visuais do lugar, provocadas por efeitos topológicos e perspectivos no observador.

Para Lewin (1973), os efeitos são a maneira como a realidade chega a percepção, e desta forma os efeitos visuais são representados de forma a criar uma estrutura morfológica, ou seja, se faz necessário abstrair-se de determinados elementos irrelevantes do campo visual, para que se possa obter a formação dos efeitos topológicos e perspectivos.

As diversas metodologias empregadas nas investigações acerca da Percepção Ambiental, têm privilegiado os meios indutivos das mais variadas visões teóricas, embasadas em observações empíricas.

#### **4.0 - SOBRE O PAPEL DA COGNIÇÃO**

O conhecimento reúne em si vários processos; sejam os que giram sobre expectativas estéticas, sejam os que perseguem qualidades emocionalmente positivas. Por isso acredita-se que se possa através da compreensão de alguns processos cognitivos das morfologias, entender como se dá o aprendizado do lugar.

O referencial teórico da dimensão topoceptiva cognitiva encontra-se vinculado a aspectos de processo psicológico. No entanto o aprendizado dos lugares, através de suas estruturas plásticas é uma possibilidade também dos mecanismos mentais, que explicam sua natureza através de fenômenos que compõem o mundo, permitindo que se possa agir sobre eles. Portanto, a finalidade do referido aprendizado, é revelar uma série de características, internas e essenciais, que se apresentam sobre aparências, a partir das quais o observador é conduzido durante o trajeto de conhecimento. Desta forma, fica claro o processo aprendizado x conhecimento; sendo o objetivo desta relação, a procura de uma representação do que se observa; podendo-se mesmo afirmar que aprendizado e conhecimento são representações mentalizadas da realidade objetiva; sendo assim, entende-se cognição do lugar, como sendo a especificação do objeto do conhecimento, com características topoceptivas, que respondam a expectativas de orientação e identificação.

O nível cognitivo de apreensão do lugar se apresenta como um modo de conhecimento, por natureza, independentemente daquele que explora percepção e imagem, conforme está sendo abordado neste ensaio. E ao contrário do momento anterior (topocepção perceptiva e sensorial), que lança mão de características sensivelmente captáveis; este nível aborda estruturas evocativas com certas peculiaridades. As representações assumem valor simbólico aos grupos que dominam determinado tipo de representação do espaço. A idéia deste espaço completa-se através da importância da relação de conhecimento prévio do lugar.

Para que se possa examinar o desempenho topoceptivo na cognição dos lugares, quanto a sua capacidade informativa, é preciso classificar sua estrutura plástica. E isto se deve ao fato de que a forma do espaço se apresenta à observação de modo diferenciado, não apenas em função das peculiaridades culturais dos indivíduos, mas também conforme as características inerentes aos diversos níveis do processo cognitivo.

Ao longo do seu aprendizado, o observador apreende os lugares, suas formas, segundo determinados critérios. E a ordenação dos atributos das formas não é suficiente neste processo, pois a mesma deve comparecer adaptada às diferenças da percepção.

Entretanto, a satisfação das necessidades de orientar-se e de identificar os lugares, começa na percepção, quando os indivíduos apreendem o espaço através de seu primeiro contato (sensitivo) com o mesmo. As instâncias posteriores, de evocação, comparecem como apoios, através de lembranças e

associações. Explicando melhor, o estudo e as análises da cognição dos lugares, ou em outros níveis de aprendizado, só fazem sentido quando se tem idéia do comportamento perceptivo daquele lugar, independentemente de quais sujeitos o perceberam.

Para a análise cognitiva das configurações espaciais, importa caracterizar as morfologias, em quaisquer níveis de conhecimento e segundo uma categoria classificatória. Sendo assim, se faz necessária uma busca de informações chave, em detrimento daquelas acessórias, sem nenhum conteúdo informativo. E é por este motivo que não interessam descrições ou mapas detalhados, pouco seletivos, porque não são capazes de conduzir ou de revelar o conhecimento da forma do lugar.

Os atributos morfológicos neste nível caracterizam-se pelo grau de elaboração da sua representação: são chamados critérios de natureza objetiva e que devem representar com precisão as características reais da situação.

Nesta perspectiva, o conhecimento seria o resultado de um processo que se inicia através do contato sensível entre sujeito e espaço, tendo continuidade e evoluindo através de atividades teóricas, culminando numa total organização dos fenômenos reais. Com isso, entende-se que o fio condutor do processo cognitivo não é a natureza das informações, mas sim a teoria apreendida, responsável pela transformação das informações em elementos reais da estrutura ambiental. Em contrapartida, esta mesma teoria deve induzir a escolha de categorias capazes de revelar informações relevantes.

Considerando que a orientabilidade seja uma capacidade do lugar, em termos de possibilidade oferecida aos indivíduos; o fato de se poder circular numa cidade com um determinado objetivo pressupõe que o espaço em questão possua uma série de elementos constitutivos que se articulam na possibilidade de uma orientação.

Desta forma, os elementos de orientação, se apresentam de diversas maneiras: as vezes evidenciando uma interpretação imediata e universal, e as vezes através de símbolos codificados como os mapas ou como os estímulos visualmente captáveis dos lugares. Por este motivo é que se pode reforçar a idéia de que se orientar requer também conhecimento do lugar, a fim de que se possa construir mentalmente a sua estrutura.

Em algumas situações reais, a cognição do espaço se apresenta com intensidades variáveis. Esta variação vai depender dos parâmetros e ou critérios utilizados na sua avaliação. A escolha destes critérios não possui ainda um suporte teórico que apresente uma tradição, tornando os estudos vinculados a esta área ainda frágeis do ponto de vista de uma literatura especializada que realmente mereça tal nome.

Conclui-se, portanto, que todo sistema de avaliação de desempenho do espaço deva antes de tudo, estabelecer critérios que se apliquem a uma análise detalhada dos elementos responsáveis por cada nível de conhecimento.

## **5.0 - COMPREENDENDO A IMAGEM DO LUGAR**

Para Lynch (1960), existem três componentes dentro da imagem do meio ambiente: identidade, estrutura e significação. Sendo a identidade uma componente intrinsecamente ligada ao objeto, entende-se que é através dela que a imagem se manifesta como entidade individualizada. A estrutura diz respeito às relações das partes do objeto com o observador; e a significação sendo também considerada uma relação, pode, contudo, se manifestar de maneira prática ou efetiva, diferentemente das outras relações que são do tipo “formais”. Ou melhor dizendo, as outras relações se manifestam como consequência direta da forma do lugar, enquanto a significação possui um conteúdo vinculado à maneira com que o sujeito vê e atribui significados às partes formadoras do objeto.

Porém, para se facilitar a orientação num determinado lugar, se faz necessário que a imagem possua várias qualidades, que haja clareza física na mesma, isto é, legibilidade.

*“Exatamente como esta página impressa, se ela é legível, poderá ser apreendida como um conjunto bem unido de símbolos reconhecíveis, assim como uma cidade legível é aquela cujos bairros, ou monumentos, ou vias de circulação são facilmente identificáveis e facilmente integráveis dentro de um esquema global”.* (Lynch in CHOAY, 1965, 309)

Sabendo-se que o plano da imagem possui uma característica essencialmente simbólica, diferente do plano perceptivo e cognitivo, que como já foi abordado anteriormente, estão diretamente ligados ao contato e ao conhecimento do espaço real; pode-se entender que o processo de formação da imagem mental é mais dinâmico, uma vez que se trata de uma forte adequação entre o símbolo (imagem) e o objeto (espaço).

A imagem do lugar é um processo, através do qual o espaço já percebido e conhecido, se manifesta para o indivíduo. Ou seja, a imagem formada depende não só da maneira como se percebeu aquele lugar, como também das informações contidas na memória, não somente do ponto de vista do lugar em si, como também do ponto de vista conceitual. Volta-se, entretanto, a uma questão já mencionada, que é o fato de que também neste nível de apreensão, os elementos estruturadores são tanto vinculados ao sujeito quanto aos atributos físicos da realidade estudada.

Quando se trata da vinculação ao sujeito, a imagem está limitada à sua capacidade de desenvolvimento perceptivo e cognitivo. E quando se trata do objeto, tudo vai depender da forma com que se apresenta o espaço e sua capacidade de despertar uma maior ou menor apreensão imagética.

Todavia, em alguns casos se diz que determinados lugares possuem “uma imagem forte”, o que significa dizer que os mesmos se apresentam de maneira fortemente estruturada (grande desempenho topoceptivo imagético), não somente em relação aos seus elementos morfológicos, como também em relação a uma identidade, ou seja, características facilmente assimiladas na mente do observador.

Com base nesta constatação, pode-se citar, por exemplo, a técnica utilizada por Lynch, conhecida como Técnica de Análise Visual; muitas vezes representa elementos concretos da cidade; como “pontos focais” ou “marcos visuais” que podem ser vistos como significativos para a descoberta de um processo cognitivo e não de um processo de formação da imagem. Sabe-se que os métodos empregados em análises de formação da imagem são, na maioria dos casos, empíricos e com uma grande participação de usuários dos espaços estudados. Porém o método desenvolvido por Lynch para o estudo de três cidades americanas, é o mais conhecido no âmbito das técnicas de análise da imagem.

Apresentando um panorama geral da técnica acima mencionada, tem-se que os mapas mentais são croquis subjetivos, onde os indivíduos expressam determinados valores que têm daquele lugar. Estes mapas não refletem apenas uma planta baixa, no plano horizontal, mas sim, contêm informações escritas, desenhos a parte, símbolos, perfazendo um conjunto de informações. No entanto, a técnica carece de maior aprofundamento, uma vez que não apresenta convicções a respeito daquilo que realmente está sendo imaginado e aquilo que está sendo esboçado; pois muitas vezes as informações são simplesmente negligenciadas por questões de não se saber como representá-las graficamente. Esta técnica tenta perfilar uma imagem pública, através da superposição dos mapas, ou croquis esquemáticos; e se complementa com outros instrumentos de representação, tais como: representações cartográficas, fotos aéreas, etc. Tradicionalmente os mapas mentais são solicitados sem que se induza quaisquer tipo de classificação.

A primeira etapa do trabalho desenvolvido por Lynch, destina-se a detectar informações gerais. A segunda preocupa-se em detectar as possibilidades de orientação e identificação emitidas pelo lugar. A terceira, em determinar uma estrutura de elementos (caminhos, limites, nós, ponto de referência) e a última destina-se a elaborar uma representação geométrica. Esta experiência tem demonstrado dificuldades, não somente do ponto de vista da pesquisa em si, como também do ponto de vista dos resultados, que muitas vezes precisam ser categorizados segundo a sensibilidade do pesquisador.

## **6.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do processo avassalador da globalização, seria possível ainda pensar o “lugar” de maneira singular? O vem a ser “a imagem do lugar”?

Para Rossi (1966) assim como para Canter (1977), o “lugar” circunscreve um espaço determinado, qualificando-o ao convertê-lo num fato único, sobrecarregado de sentido (histórico, psicológico, etc), de camadas de significação que ultrapassam o seu ser bruto imediato. O “lugar” pode produzir várias imagens, que ancoradas em ícones, podem refletir qualidades ou a valorização das qualidades de um “lugar”.

A leitura do ambiente urbano, através de sua imagem, pode identificar parâmetros reveladores do significado do lugar para o usuário; ao tempo em que se tenta entender a cidade como um impacto informativo, a partir da compreensão de seus usos. O fato de adquirir um objeto qualquer, escolhendo modelos e cores, não somente

caracteriza o nosso grau de preferências e gostos, nossa identidade, nossos valores, etc.; como também demonstra nossas expectativas e anseios, o que queremos que pensem de nós, a imagem que pretendemos comunicar. Estes são elementos que apontam uma realidade cultural.

Imaginando que a cidade é transformada em “lugar” quando da produção de múltiplos significados, pode-se entendê-la como resultado da atividade de um conjunto que dinamiza suas estruturas e se denomina contexto, onde o usuário seleciona e relaciona, em constantes remodelações, seus elementos constitutivos, a fim de apreender a cidade na unidade de um lugar, um fragmento de conjunto traduzido em uso.

Nesta cidade/lugar pode-se obter uma dimensão significativa que projeta sobre a tridimensionalidade física do espaço uma síntese que lhe permite falar ou expressar uma linguagem: A IMAGEM URBANA. *“Entender, relacionar e caracterizar o espaço como percepção, imagem e apropriação do usuário, sugere não apenas transformá-lo em lugar, mas também em produzir uma teoria do espaço enquanto sistema de produção cultural de linguagem”* (Ferrara, 1988).

O sistema de produção cultural deve romper com o mito do que seja “ideal” do espaço projetado para transformá-lo em manifestação cultural representada na linguagem urbana. Desta forma, supera-se a idéia de espaço, enquanto concepção abstrata, compreendido emblematicamente, como manifestação estética, escultórica, espiritual e portanto, distante. A adequação do espaço da cidade, às peculiaridades das atividades que nela se desenvolvem, supõe uma realidade produtiva baseada nas informações, transformações e imaginações de modos de vê-la e vivê-la. Portanto, a cidade é aqui entendida como uma dinâmica produtora e participante na formação de uma linguagem dialética com o seu contexto e seu usuário. Desta forma, a leitura do ambiente urbano deverá ser criada, a partir de uma estratégia metodológica capaz de considerar múltiplos e simultâneos aspectos.

A imagem do lugar deve ser entendida, como sendo a forma pela qual o usuário apreende o ‘lugar’ não somente a partir de descrições, fotografias e relatos que falem de determinadas qualidades do mesmo, como também através de sua experiência. No entanto, a experiência se dá através do uso, daí entender-se que, a cidade adquire significado através do uso que conforma e informa o ambiente. Assim sendo, a imagem construída é um verdadeiro resgate do uso do espaço público ou privado. Para o usuário, o uso é o modo de reconhecimento ambiental e a lembrança que dele conserva, seria a imagem do ambiente. Esta imagem, lembrada pelo usuário, substitui o próprio espaço e confere ao uso um caráter de permanência cotidiana e rotineira.

Geralmente as pessoas lembram do modo como viviam em um determinado lugar e não do seu projeto arquitetônico; do lazer em determinado centro turístico e não da proposta urbanística. Daí, alguns autores substituírem o termo “uso” por “experiência”, com um caráter de mediação entre o espaço ambiental e o usuário.

Portanto, a interferência da imagem construída, projeta o conhecimento para o futuro, atenta no presente e resgata do passado, os traços das experiências vividas e conservadas na memória individual ou coletiva de um povo.

Os equipamentos urbanos, o transporte, o lazer, o ruído, a cidade de ontem e de hoje e seus usos são alterados e transformados incessantemente de acordo com o progresso tecnológico, gerando outros hábitos e reações, mas conservando vestígios do passado.

A leitura da cidade, do ambiente construído e a formação de sua imagem constituem uma linha de investigação ainda pouco explorada. No entanto, torna-se imprescindível para o entendimento do lugar vivido, a construção de uma imagem urbana, que evidencie o significado urbano, resgatando seu sentido e incorporando-o ao cotidiano.

Sendo assim, a leitura do ambiente construído, traduzida pela sua IMAGEM seria uma mediação entre o “lugar de rotina” e a capacidade de inferir e aprender com o ambiente que nos envolve. É a construção de uma imagem do lugar, ou seja, a acessibilidade à informação e a sua troca que caracterizam a apropriação do ambiente construído e o modo pelo qual o usuário faz do lugar, um objeto que precisa ser decifrado, um texto que precisa ser lido. Nasar (1999) apresenta a recente valorização, no contexto das políticas urbanas norte-americanas, não só do estudo e avaliação das imagens de lugares como também das intervenções no sentido de transformá-las. Uma imagem positiva do lugar está associada não só a maior identidade como também efetivas atitudes no sentido de manutenção e proteção destes lugares.

Sendo a cidade e seu ambiente construído, mensagem à procura de significado que se atualiza em uso; é através do uso que o homem se apropria do espaço ambiental, identificando-o e se identificando com ele. É o uso que dinamiza o espaço e concretiza como modo de ser de uma cidade ou de um modo de viver. A cidade adquire identidade através do uso que conforma e informa o ambiente. A articulação entre construção da imagem e experiência urbana pode dar à participação do usuário nos destinos da cidade uma dimensão concreta e prática.

A construção da IMAGEM não deve ser entendida numa acepção exclusivamente visual, mas ao contrário, deverá envolver a figuração urbana na dimensão significativa que o usuário a ela atribui: a cidade na sua dimensão cotidiana, espaço de ação. Esta imagem do lugar veiculada, construída e consumida cria um campo dentro do qual é preciso mover-se. Entender como as pessoas se movem neste campo, como criam e recriam seus sistemas de representação, constitui-se em desafio que, certamente, poderá contribuir para a emergência da desejável pluralidade de leituras do lugar vivido.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALAMANDRE, **Fragmentos de uma leitura de cidade**. Salvador, (Dissertação de Mestrado-UFBA), 1992.

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, S; et al. **A Pattern Language de Patrones**. Ciudades, edificios, construcciones. Barcelona, Gustavo Gili, 1980

APPLEYARD, Donald, **La Arquitectura como Símbolo Social**. Ambiente, n.30, ano II, março, pp. 40-46, 1982.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução por Antônio de Pádua Damasceno. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de uma Poética do Fogo**. Tradução por Norma Telles. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOLLE, Willi. **Fisignomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLO, Lineu. **A Percepção Ambiental e Identificação de Padrões na Paisagem Urbana como contribuição ao Urbanismo**. Luján, p. Buenos Aires, III Bienal Artina de Urbanismo, 1994.

CHOAY, Françoise. **L'invention du patrimoine urbain**. L'ALLEGORIE du patrimoine. Paris: Seuil, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Urbanismo, Realidades e Utopia** - uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COELHO, Teixeira. **Cidade e Arquitetura**. In: Arquitetura e Urbanismo (AV) São Paulo, Pini, nº 27, Dez/Jan, 1990.

CULLEN, Gordon, **The Concise Townscape**. Londres, Architectural Press, 1971.

\_\_\_\_\_. **A paisagem urbana**. Edições 70, Lisboa, 1983.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenvolvimento urbano no processo de planejamento**. [S.l.] Ed. Pini, 1990.

FERRARA, Lucrécia d'Aléssio. **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

\_\_\_\_\_. **Ver a Cidade**: cidade, imagem e leitura. São Paulo: Nobel, 1988. (Col. Espasas)

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. (1993) Interpretive Planning, In **Manual of heritage Management**, ed. Revalorização Harrison, Oxford, Butterworth, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. [A. l.]. Ed. Palavra, 1997.

JAMESON, "Os limites do Pós-Modernismo", in: **Espaço e Imagens, teoria do pós-moderno**, org. e trad. de Ana Lúcia Almeida Gazzola, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LEWIN, Kurt. **Princípios da psicologia topológica**. Tradução por Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Harvard: the Massachusetts Institute of Technology and the Presidente and Fellows of Harvard College, 1960.

NASAR, Jack (1999) *The Evaluative Image of the city*. New York:

PIAGET, Jean e INHELDER, Baerbel. **La représentation de l'espace chez l'enfant**. Paris, PUF, 1972.

PIAGET, Jean. **Les mécanismes perceptifs**. Paris: PUF, 1971.

RAPOPORT, Amos. **The Meaning of Built Environment**. Tucson, University of Arizona press, 1990.

SANTOS, Milton. **O lugar encontrando o futuro**. São Paulo: USP (mimeo), 1996.

SITTE, Camillo. **Construcción de la ciudades Segun Principios Artisticos** Barcelone, 1889.

THOMAS, Michael. *Public Space and Public Art*, paper to Conference on Quality Environments, Bristol, 1990.

TUAN, Yi-Fu,. **Topofilia**. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo, Difel, 1980.